



AUDITORIA FINANCEIRA DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2023

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

O objetivo do trabalho, consoante descrito nos Termos do Trabalho de Auditoria (doc. SEI nº 1618335), é expressar opinião, mediante Certificado de Auditoria, sobre se as demonstrações contábeis deste Tribunal relativas ao exercício de 2023 estão livres de distorção relevante, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e se as transações subjacentes (conformidade dos atos de gestão), inclusive atividades e operações decorrentes dos atos de gestão dos responsáveis, estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

ACHADOS

Da análise realizada, destaca-se: a) saldo de bens móveis e intangíveis (softwares) no sistema ASIWEB incompatível com o saldo do sistema SIAFI, com diferença de R\$ 415.686,66; b) bens móveis não localizados no processo de inventário, no montante de R\$ 783.329,91 (R\$ 717.634,65 + R\$ 65.695,26), e que não foram reclassificados para a conta contábil 12311.99.07 (Bens não localizados); c) necessidade de disseminação e promoção da cultura ética e da integridade como um mecanismo de prevenção de riscos de fraude e corrupção; d) oportunidade de aprimorar a gestão patrimonial de ativos de TIC quanto ao registro completo de dados; e) oportunidade de aprimorar a gestão patrimonial de softwares quanto a definição de padrão de registro de informações; f) necessidade de definição normativa do processo de trabalho de

recadastramento anual de servidores aposentados(as) e pensionistas.

CONCLUSÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis do TRE/PB apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público.

Além disso, as transações subjacentes às demonstrações contábeis acima referidas e os atos de gestão dos responsáveis estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

ENCAMINHAMENTOS

A contribuição da unidade de auditoria interna do TRE/PB (SEAUDI) para o aperfeiçoamento da gestão de Tribunal se deu com um conjunto de recomendações endereçadas a vários setores com competência de atuação. Destaca-se: a) recomendação para que os bens móveis não localizados, no montante de R\$ 783.329,91 (R\$ 717.634,65 + R\$ 65.695,26), sejam reclassificados; b) recomendação para definição de padrão para registro de ativos de TIC e softwares; c) recomendação para sanar desarmonias entre controles de softwares; d) recomendação para nomatizar o recadastramento dos aposentados(as) e pensionistas civis do Tribunal; dentre outras



recomendações feitas na auditoria do exercício 2022, cujos achados eram similares aos constatados.

BENEFÍCIOS ESTIMADOS

A comunicação à administração do TRE/PB das distorções detectadas após a auditoria, por exemplo, permitirá que o ativo imobilizado para 2024 seja ajustado à efetiva existência física e situação, representando 0,38% do ativo total (R\$ 481.381,92), gerando informação mais fidedigna que, por sua vez, melhora a qualidade e a credibilidade da prestação de contas anual e incrementa a confiança dos cidadãos na instituição.

Os benefícios quantitativos financeiros que poderão ser obtidos, caso as ações contidas nas propostas de encaminhamento venham a ser adotadas, são estimados, em caráter preliminar, em torno de R\$ 481.381,92, em decorrência de correção de impropriedades a que se referem os achados A1 e A2 do relatório final.

O volume de recursos auditados por meio das contas contábeis selecionadas representaram, conjuntamente, 94,25% do Ativo Total e em valores absolutos R\$ 118.993.636,00, os quais constam do Balanço Patrimonial (BP) em 31 de dezembro de

2023. Em relação as despesas constantes da Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), representam 86,38% e, em termos absolutos R\$ 193.151.443,57.

PRÓXIMOS PASSOS

A respeito dos resultados do trabalho, os gestores do Tribunal, das áreas relacionadas com os achados, manifestaram-se sobre as constatações registradas e convergem, em grande medida, com as conclusões da equipe de auditoria.

A SEAUDI fará o monitoramento das recomendações expedidas com vistas a verificar, por meio de evidências, a implementação das recomendações.

PROCESSO: 0002385-14.2024.6.15.8000

Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Período de trabalho: agosto/2023 a março/2024

Unidades auditadas: trabalho envolve a gestão do Tribunal como um todo.

www.tre-pb.jus.br
e-mail: auditoria@tre-pb.jus.br